



Revista Brasileira de História
ISSN: 0102-0188
rbh@edu.usp.br
Associação Nacional de História
Brasil

Martinez, Paulo Henrique
Laboratório de História e meio ambiente: estratégia institucional na formação continuada de
historiadores
Revista Brasileira de História, vol. 24, núm. 48, 2004, pp. 233-251
Associação Nacional de História
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26304811>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Laboratório de História e meio ambiente: estratégia institucional na formação continuada de historiadores

Paulo Henrique Martinez
Unesp/Assis

RESUMO

Apresentação de proposta de ação institucional e seus fundamentos teóricos e metodológicos para a formação de professores de História. Enfoque na elaboração de material didático, nas atividades de ensino e aprendizagem e na avaliação sobre as questões ambientais presentes no conhecimento histórico escolar, nas práticas de pesquisa e educação ambiental. As experiências foram desenvolvidas em 2002-2003 pelo projeto “História e Meio Ambiente: estudo das formas de viver, sentir e pensar o mundo natural na América portuguesa e no Império do Brasil (1550-1889)”, junto ao Núcleo de Ensino da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, em Assis/SP.

Palavras-chave: História; Meio ambiente; Educação.

ABSTRACT

A proposal for institutional action and its theoretical and methodological fundamentals for History teachers' formation. Emphasis on the elaboration of teaching material, teaching and learning activities and the evaluation of the environment questions inside the academic historical knowledge, research practices and the environmental education. The experiments had been developed in 2002-2003 by the project “History and Environment: estudo das formas de viver, sentir e pensar o mundo natural na América portuguesa e no Império do Brasil (1550-1889)” [“History and Environment: study of the forms of living, feeling and thinking about the natural world at the Portuguese America and the Empire of Brazil (1550-1889)”], at Núcleo de Ensino da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, at Assis/SP.

Keywords: History; Environment; Education.

A constituição de um núcleo de formação continuada e de uma equipe de formadores dedicados ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária das questões ambientais no conhecimento histórico, junto ao Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, em Assis, foi o principal

objetivo da realização do projeto “História e Meio Ambiente: estudo das formas de viver, sentir e pensar o mundo natural na América portuguesa e no Império do Brasil (1500-1889)”, em 2002 e 2003.¹ A organização do Laboratório de História e Meio Ambiente, em junho de 2003, foi a estratégia institucional traçada na busca da efetivação das metas aqui referidas.

Em 2002, a execução do projeto esteve dedicada à preparação profissional dos estudantes de licenciatura em História para a elaboração de material didático. Daí resultaram seis *painéis didáticos*, que abordaram as temáticas de uso da água, exploração da madeira, pesca da baleia e práticas de caça e pesca no Brasil; um *banco de dados* sobre o meio ambiente na obra de cronistas e viajantes dos séculos XVI-XIX, no Brasil, com cerca de cinco mil registros agrupados sob as rubricas de Fauna, Flora, Minerais, Paisagens e Clima; e uma coleção de recortes de jornais de 2002, contendo reportagens, entrevistas, notas, editoriais e artigos de opinião sobre temas ambientais.²

Em 2003, o desenvolvimento do projeto “História e Meio Ambiente” utilizou o material produzido pelo intenso esforço de pesquisa realizado no ano anterior para aprofundar o estudo e a produção de conhecimentos sobre o meio ambiente pelos historiadores e articulá-los ao universo das escolas, professores, estudantes e entidades, em todos os níveis de ensino e de atuação com interface ambiental. Houve, portanto, uma linha de continuidade entre os projetos “História e Meio Ambiente” em 2002 e 2003, qual seja, a formação continuada de professores, a produção de material didático e a prática da pesquisa e da reflexão sobre o meio ambiente pelos historiadores.

No desenvolvimento do projeto em 2003 agregou-se um segundo desdobramento do projeto realizado em 2002. Tratava-se de um esforço mais amplo no estudo das questões ambientais pelos historiadores, derivado daquela mesma experiência, pela aglutinação de interessados nas questões ambientais presentes nos estudos históricos, pelo desenvolvimento de pesquisas no programa de pós-graduação em História, pelo subsídio às atividades didáticas no curso de graduação e pela necessária interface dos estudos transversais sobre o meio ambiente e práticas de educação ambiental nos sistemas de ensino. A educação ambiental ainda deve tornar-se objeto de maior reflexão e estudo.³

A aglutinação de professores, estudantes e pesquisadores dedicados aos temas ambientais no estudo da História e sua aproximação das realidades escolares e da comunidade local e regional encontraram no desenvolvimento do projeto “História e Meio Ambiente”, em 2003, um pólo catalisador de debates, estudos, pesquisas e reflexão, e, sobretudo, um canal de comunicação e

integração entre as realizações na universidade e as demandas sociais na atualidade. O exercício da pesquisa em História, com atividades voltadas para a formação continuada de professores do ensino fundamental e médio, as práticas de ensino, mobilizadas na elaboração de material didático sobre as questões ambientais no conhecimento histórico, e os serviços de extensão e cultura, canalizados em iniciativas para a educação ambiental, articularam-se nas proposições do projeto “História e Meio Ambiente” naqueles dois anos.

A explicitação dos sentidos que orientaram essa proposta de ação pedagógica na formação de professores, as experiências iniciais e a demarcação dos eixos para a atuação institucional do Laboratório de História e Meio Ambiente da Unesp são apresentados nos itens que se seguem.

EDUCAÇÃO, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE

A importância da educação, a ação dos professores e o papel da escola em relação à sociedade variam, tendo mudado constantemente, acompanhando as transformações mais gerais e que deram feição às inúmeras práticas de ensino e aprendizagem ao longo do tempo. As iniciativas pedagógicas procuram responder às novas demandas sociais, reorientando as práticas educacionais, revendo conteúdos, metodologias e, claro, a formação de professores, entre outras medidas de interação e mudanças sociais.

Na segunda metade da década de 1990, um desses esforços em sintonizar a educação com a sociedade foi buscado com a proposição dos Parâmetros Curriculares Nacionais — PCN.⁴ Essa iniciativa pedagógica projetou vínculos bastante estreitos entre educação e cidadania, conferindo às escolas um papel de destaque na formação dos cidadãos brasileiros. Os Parâmetros Curriculares Nacionais receberam inúmeras e duras críticas, tanto pela estreiteza conceitual da “cidadania” que contempla, quanto pelo confinamento da cidadania ao espaço da escola, daí resultante.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, porém, convertem-se em elucidativo instrumento de compreensão crítica da democracia representativa no Brasil. Em estridente paradoxo, tornaram-se uma medida pedagógica importante e singular, menos pelo que propõem e muito mais pelo que permitem entrever nos esforços realizados para sua implementação.⁵

O destaque conferido nos Parâmetros Curriculares Nacionais à “formação para a cidadania” é indicativo de que a democracia ainda não se estabeleceu plenamente no país. No mínimo, não a ponto de tornar-se uma prática

assimilada na vida social e no cotidiano das pessoas e, logo, objeto de atenção, zelo e exercício a ser valorizado pelos indivíduos.

Na década de 1990, o Brasil viveu uma permanente apreensão quanto às perspectivas da democracia no país. O processo de *impeachment* do presidente Collor, em 1992, a composição de um novo governo que conduzisse o país até as eleições nacionais, em 1994, o plebiscito sobre a forma e o sistema de governo, em 1993, e a adoção constitucional da prerrogativa da reeleição dos mandatos do presidente da República, de governadores e prefeitos, foram alguns acontecimentos da vida política brasileira que, naquele período, despertaram inquietações e debates sobre o alcance e as condições da democracia no Brasil.

Esse cenário foi agravado com as reformas de inspiração neoliberal iniciadas a partir de 1990, ainda no mandato de Fernando Collor de Mello, e desenvolvidas nos governos de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002. Estas foram regidas pela pressão do Poder Executivo sobre o Legislativo, pela contração de direitos sociais, pela contenção do valor dos salários, principalmente no setor público, e por políticas de privatização de empresas estatais e de intensificação da arrecadação fiscal, entre outras condutas administrativas. Revelaram, também, o forte poder de determinação da vida dos indivíduos pelo Estado, a fragilidade da representação política e a carência de maior organização e mobilização da sociedade e de suas instituições civis.

EDUCAÇÃO E CIDADANIA

A preocupação com a cidadania, expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais, está profundamente vinculada pela convicção de que o indivíduo deve se compreender como sujeito atuante nos processos políticos, em todos os níveis de ação social e de governo. A existência dessa preocupação evidencia tanto a estranheza e o distanciamento de grande parte da sociedade brasileira em relação à democracia, quanto a alienação que ela mantém de si mesma.

A década de 1990 assistiu a profundas mudanças na sociedade brasileira, ao passo que as propostas educacionais estiveram voltadas para a promoção da consciência, dos direitos e da participação política. Quando a renovação pedagógica veio à luz, a sociedade para a qual ela havia sido planejada mudou significativamente. Repetiu-se um fenômeno sociológico que Florestan Fernandes apontara como recorrente na vida social brasileira: as mudanças sociais estiveram sempre em agudo descompasso com as transformações

culturais. Sobre tudo na implementação de reformas sociais, estas chegavam tardiamente, quando seus efeitos já não poderiam resultar em mudanças substantivas.⁶ Enquanto os Parâmetros Curriculares Nacionais preconizam consciência, direitos e participação política, estes são solapados pela violência que o Estado brasileiro, segmentos expressivos da mídia e do empresariado nacional cometem contra direitos sociais elementares, propiciando um ambiente que faz do “viver em sociedade” no Brasil uma verdadeira guerra civil.

Essa situação paradoxal faz que o aprimoramento da democracia no Brasil dependa, por um lado, de maior persistência no tempo e, de outro, do atendimento de muitas necessidades sociais, decorrentes, por exemplo, da imensa desigualdade e da extrema concentração de renda. Entre essas necessidades figura, também, uma pedagogia democrática e democratizadora do Estado e da sociedade, indutora de valores e comportamentos e que lhes dê consistência popular e robustez histórica.

DILEMAS DA CIDADANIA NA ATUALIDADE

A condição em que se encontra a sociedade brasileira no início do século XXI não pode ser percebida, e nem tampouco aceita, sob uma perspectiva conformista. Ainda que as dificuldades para reagir a ela sejam graves e inúmeras. Torna-se necessário refletir sobre esse fenômeno social brasileiro e extrair as suas conseqüências para o trabalho dos professores.

Atualmente, as possibilidades de mudanças nas condições sociais, políticas, culturais e econômicas que desencadeiam essa realidade e lhe dão sustentação são muito estreitas e limitadas. As iniciativas de contraposição e de transformação dessa situação acabam ficando confinadas ao âmbito privado, individual, específico e subjetivo de cada um de nós. Produz-se, então, a idéia de que essas condições são permanentes e de que as possibilidades de sua superação residem, fundamentalmente, nas relações pessoais, uma vez que tais condições aparentam ser resultado apenas da atuação e de iniciativas individuais.

Nesta perspectiva, o indivíduo-cidadão é colocado na posição de principal responsável pelas agruras e perspectivas futuras do mundo, esperançosas ou não. É necessário contestar vigorosamente essa imagem de harmonização da vida social que se abriga no plano individual, pessoal e particular e que, no limite, nutre a sensação de impotência na transformação da nossa sociedade.

A percepção e a compreensão dessas dificuldades que confinam o indivíduo ao âmbito do privado e que emperram as mudanças sociais, necessárias ao

enraizamento da democracia no Brasil, precisam ser buscadas e alcançadas por um pensamento crítico, persistente e rigoroso. Para promover um encontro efetivo com a realidade, afastando ilusões, um caminho fecundo é o exame dos interesses das pessoas, principalmente aqueles mais tangíveis e imediatos.

CIDADANIA E ESCOLA

As questões ambientais afetam diretamente a qualidade de vida da população e compõem um elenco de problemas e situações com enorme potencial para a compreensão crítica da sociedade brasileira. Igualmente, os elevados custos para recuperação de áreas ambientalmente degradadas servem de alerta para as autoridades públicas, pois, hoje, torna-se mais barato preservar do que regenerar danos ambientais. Neste momento, a relação que a sociedade estabelece com a escola pode se converter em importante vetor no atendimento de algumas demandas sociais requeridas para o desenvolvimento da democracia no país.

A opção por indagar sobre os limites e as possibilidades da cidadania e da democracia no Brasil, submetendo-as a uma rigorosa apreciação crítica e tratando-as como o principal núcleo da necessidade de mudanças sociais, por si só, faz da educação, em geral, e do trabalho dos professores, em particular, um empreendimento renovador. Mesmo nas estreitas fronteiras de atuação e nas restritas condições de trabalho nas escolas, esse deveria ser o maior objetivo a ser alcançado. A promoção da auto-reflexão crítica vigorosa, sistemática e constante, pode atender ao sentido social bastante abrangente da educação nos dias de hoje.

A escola, no conjunto de instituições atualmente existentes na sociedade, pode sediar uma reflexão que aponte para as condutas de autonomia crítica, denunciando e tornando explícitos à consciência a presença e a reprodução de excessiva concentração de renda, exclusão social, preconceitos, opressão, guerra, tortura, violência, fome, exploração do trabalho e degradação ambiental. Enfim, proporcionar aquilo que o filósofo alemão Theodor W. Adorno preconizava como a “desbarbarização da humanidade”, exatamente na proporção em que conscientiza as pessoas destes aspectos “bárbaros” da realidade social neste alvorecer de século.⁷ E também apontar caminhos na organização do raciocínio, na promoção do contato com a realidade dinâmica do conhecimento e da pesquisa, do diálogo e debate de idéias, de projetos e comportamentos. Esse é um importante papel que escolas e professores bra-

sileiros podem, e deveriam, desempenhar na atualidade, pois encerra grandes potencialidades para a formação profissional, para o ensino e a aprendizagem e para a geração de conhecimento novo e original, entre outras possibilidades de atuação.

A democracia no Brasil só poderá existir, efetivamente, em uma sociedade de pessoas livres. Essa liberdade significa atuação consciente, crítica e orientada racionalmente. Alçar os indivíduos à condição de cidadãos, porém, não irá atender, por si só, às suas necessidades pessoais e às demandas sociais existentes no Brasil de hoje. Atualmente, as qualidades e habilidades individuais, sejam elas psicológicas, morais, intelectuais, artísticas, e quaisquer outras que se possam enumerar, são de alcance e significado efêmeros nesta sociedade que, historicamente, despersonalizou o ser humano e o seu trabalho, ao promover quase quatrocentos anos de escravidão, o assalariamento e o aparecimento do “desemprego estrutural” que presenciamos neste início de século.

A compreensão das permanentes mudanças no mundo do trabalho, inclusive o trabalho desempenhado pelos professores, requer uma formação e preparação para suportar e confrontar essas mesmas mudanças, subordinando-as àquelas demandas sociais que podem conferir fundamentos sólidos à democracia no Brasil. Esse tipo de educação é que pode dotar os indivíduos de reflexão crítica e autônoma, que lhes permita transcender o restrito âmbito do indivíduo-cidadão. Neste sentido, distintas práticas pedagógicas podem desembocar em um mesmo esforço educativo, que impulsiona a compreensão crítica da realidade social brasileira e das dificuldades enfrentadas na efetiva democratização do país.

MEIO AMBIENTE E ENSINO DE HISTÓRIA

Nas práticas pedagógicas, as questões ambientais constituem uma grande oportunidade analítica dos processos sociais no Brasil. Trata-se de uma problemática ainda pouco abordada nas disciplinas escolares, e mesmo em cursos universitários, frente à importância crescente que está adquirindo na atualidade. A organização da sociedade define as formas de acesso e a relação dos indivíduos, grupos e classes sociais com produtos naturais fundamentais, como a água, a terra, a madeira, o petróleo e a diversidade biológica, por exemplo.⁸

Como as relações de trabalho e de propriedade, os mecanismos legais e a ação do Estado têm participado desse processo de apropriação, exploração e mercantilização de produtos naturais? Há uma história das técnicas e estra-

tégias de domínio do meio físico e natural, de ocupação dos espaços e de exploração da natureza para consumo, produção e trocas econômicas que podem iluminar as formas de organização e relações sociais, das atividades econômicas, da criação cultural e da conduta do Estado.

O historiador Caio Prado Júnior analisou os mais de trezentos anos de conquistas territoriais na América portuguesa. Destacou que ao promover a colonização como um grande esforço de domínio e incorporação de sucessivos espaços, de riquezas, de produtos naturais e de aproveitamento das populações nativas em atividades econômicas e militares, a conduta da administração colonial distinguiu-se, sobretudo, pela vigilância e pela violência, muito embora fosse tomada pelo desleixo de funcionários e de prepostos reais.⁹ As pesquisas dos historiadores Fernando Antonio Novais e Maria de Lourdes Viana Lyra e as do geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes reafirmaram essa avaliação, destacando a persistente preocupação geopolítica na atuação da coroa portuguesa.¹⁰

Os intentos políticos seguintes reafirmaram esse caráter geopolítico das práticas da administração colonial. A vinda da Corte, a criação do Reino Unido e o constitucionalismo *vintista*, ainda que perpassados por grandes tensões e inúmeras contradições, buscaram promover a integração desses territórios ao Império português e assegurar benefícios econômicos, seculares e embrionários. Sob o Império e a República, a ação do Estado brasileiro esteve organizada, primordialmente, para assegurar a integridade física do território, em detrimento da integração social, e incidiu diretamente nas relações sociais, bem como nas relações entre a sociedade e esse mesmo Estado. As debilidades da democracia e, logo, das práticas de cidadania no Brasil ainda são fortemente manietadas pela condução do Estado, como bem demonstraram os já referidos acontecimentos na década de 1990. A necessidade de maior consciência, da vigência de direitos e da participação política revela-se bastante atual neste novo século.

A ocupação do território nacional, uma vez que ainda não foi totalmente concluída, reabre os dilemas históricos da formação do Estado e da nação, da democracia e da cidadania no Brasil. Problemas sociais vividos desde a experiência da colonização, intocados sob o Império e a República, despontam com enorme vitalidade, e a exclusão social, a concentração de renda, a violência contra o trabalho e contra os pobres, a exploração perdulária, dilapidadora e gananciosa da natureza, emergem como uma espécie de “maldição” na história do Brasil.

No século XX, a ocupação do espaço brasileiro apresentou o sabor de

“conquista”, herdado de outros tempos, sendo realizada com intensa velocidade, gerando alarmante degradação ambiental, pauperização e exclusão social da população que presenciou a expansão das fronteiras econômicas. No século XXI, os efeitos dessa ocupação são agravados com a enorme capacidade tecnológica disponível e incessantemente renovada. Nestas condições, caberia indagar quem usufrui o patrimônio natural no Brasil, e como o faz. Qual a conduta da sociedade e do Estado na utilização, no controle, na compreensão e na fiscalização do uso desse patrimônio? Que papéis podem desempenhar, no presente e no futuro? Que papéis cumpriram no passado?¹¹

A importância da educação, o alcance social da escola e o trabalho dos professores adquirem dimensões fundamentais para elucidar e explicar essa realidade social em aberta formação, fortemente marcada por traços do passado. Por maiores que sejam os obstáculos à realização dessa compreensão, a escola pode e deve cumprir os papéis que lhe são atribuídos pela sociedade. Os professores de História, mas não só, também os de Geografia e Biologia, por exemplo, têm em seu trabalho nas salas de aula um desafio enorme pela frente. Contudo, não poderão se furtar a ele, sob o risco de silenciarem diante de um quadro social e político que deve ser banido dos horizontes de futuro da sociedade brasileira.

Visando à colaboração com o trabalho desses profissionais foi elaborada uma estratégia de atuação institucional que busca efetivar-se pela ação do Laboratório de História e Meio Ambiente. Este, por sua vez, surgiu como desaguardo das experiências desenvolvidas na realização do projeto História e Meio Ambiente em 2002. As linhas de atuação que orientaram esse trabalho estiveram articuladas na busca de conexões entre pesquisa, ensino e aprendizagem.

PESQUISA, ENSINO E APRENDIZAGEM

O desenvolvimento das atividades de pesquisa, de ensino e de aprendizagem cumpriu um plano de trabalho disposto em duas fases distintas e complementares. Inicialmente, num período de sete meses, tratou-se de constituir um acervo de dados e informações sobre as relações entre ser humano, sociedade e natureza na América portuguesa e no Império do Brasil. A etapa seguinte, de três meses, consistiu na elaboração de material didático, interpretando criticamente os dados reunidos e classificados, e na avaliação das atividades realizadas. Neste sentido, foram confeccionados painéis didáticos, apresentados em duas oportunidades. Simultaneamente, outro esforço foi

realizado, com reuniões semanais da equipe para distribuição de tarefas, avaliação e execução do cronograma e dos planos de trabalho, troca de informações e experiências e traçado de metas de curto e médio prazo. Ao longo de dez meses, foi seguido um programa de leituras contendo artigos, livros e obras de referência, com o objetivo de capacitar a equipe em ações específicas na execução da pesquisa. Esta rotina permitiu articular os dois momentos de atividades do projeto. Encontros e seminários com especialistas foram organizados para promover o debate de conceitos operacionais, métodos e técnicas de pesquisa, historiografia, documentação e hipóteses de trabalho, sempre com base nos dados, fontes e diretrizes teóricas iniciais.

O projeto “História e Meio Ambiente” teve como referência teórica inicial o livro de Keith Thomas, *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*.¹² Esse historiador britânico, ao partir da aparente dicotomia sociedade–natureza, elucidou as imbricações entre distintas formas de percepção, como sensibilidades, raciocínios, atitudes e comportamentos dos seres humanos perante os animais, plantas e paisagens da Grã-Bretanha nos tempos modernos. As novas sensibilidades humanas em relação à natureza, observáveis entre 1500-1800, revelaram, por um lado, um forte interesse pelo mundo natural e, por outro, o questionamento das relações que os homens nutriam com a natureza. A resultante comum a essas duas atitudes foi o desabrochar de sentimentos tanto preservacionistas quanto predadores do “mundo natural”, e que persistem nos dias que correm. Ao reconstituir esse quadro, Keith Thomas revelou ser a relação entre sociedade e meio natural uma questão do presente, porém, enraizada em um universo cultural do passado. Logo, constituiu-se em atraente e desafiadora problemática para o exercício da reflexão crítica pelos historiadores nas práticas de ensino e aprendizagem.

O estabelecimento do Meio Ambiente como tema transversal nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* conferiu relevância a esse aspecto da vida social na vivência e formação das gerações que cursam o ensino fundamental e médio neste início de século. Os PCN para o ensino de História, no 1º Ciclo, 1ª e 2ª séries, orientam os professores para a abordagem dos vários temas com base em problemáticas locais e no tempo presente, atentando para as mudanças e persistências em relação ao passado histórico no espaço físico e social dos estudantes. Já no 2º Ciclo, 3ª e 4ª séries, as formas de abordagem do passado sugerem contemplar distintos espaços em seus diferenciados ritmos de tempo. Esta configuração das práticas de ensino de História requer a elaboração de conteúdos, recursos, atividades didáticas e instrumentos de avaliação

que possibilitem aos professores e estudantes uma aproximação com essas formas de abordagem na construção de conhecimento do passado.¹³

A inexistência de uma produção historiográfica volumosa e a ausência rotineira nos livros didáticos das questões referentes ao meio ambiente demandaram a classificação e organização do material disponível e a geração de novos conhecimentos sobre a história das relações entre os homens e a natureza nos territórios portugueses na América e, depois da Independência, no Brasil. A realização do projeto “História e Meio Ambiente” pretendeu, assim, colaborar com o trabalho de professores na adequação de suas atividades aos propósitos dos PCN. Simultaneamente, buscou estimular a prática da pesquisa nos cursos de graduação e a elaboração de projetos voltados para o ensino de História.¹⁴

Na primeira fase de desenvolvimento do projeto, os esforços estiveram voltados para a coleta e constituição de um banco de dados sobre o meio ambiente na história do Brasil. As principais fontes foram cerca de trinta títulos de relatos de cronistas e viajantes em territórios da colônia portuguesa na América e no Império do Brasil. A opção por esse núcleo documental decorreu do repertório de impressões, sentimentos e representações simbólicas e culturais do meio natural e das atitudes humanas diante deste no Novo Mundo. Esse procedimento exigiu a formulação de instrumentos de observação, coleta e armazenamento de dados primários. Uma Ficha para Coleta de Dados foi concebida com campos específicos destinados ao registro do código da informação, data, localidade, autor e título da obra consultada, e à transcrição do trecho com as informações de interesse do projeto. A coleta de dados esteve orientada por uma Estrutura de Códigos, disposta em cinco grandes temas: fauna, flora, paisagens, minerais e clima. Esses grandes conjuntos comportaram três variações específicas: formas de viver, de sentir e de pensar; dentro destas o agrupamento de dados primários em cerca de cem códigos, contemplando, entre outros, alimentação, artesanato, crenças, gestos, livros, atitudes e sentimentos, percepções, transporte, sexualidade, canções, provérbios, culinária, medicina e legislação. O banco de dados do projeto classificou cerca de quatro mil registros sobre o meio ambiente na história do Brasil e proporcionou elementos para a formulação de atividades didáticas.¹⁵

A organização de uma coleção de recortes de jornais diários de grande circulação, com relevância para atividades didáticas, teve como finalidade obter um quadro geral das principais questões e a pauta dos problemas ambientais no mundo atual. Artigos de opinião, reportagens, notas, editoriais, entrevistas e imagens foram recolhidos e organizados em ordem cronológica e,

posteriormente, classificados por grupos de temas próximos aos códigos do banco de dados. A meta foi uma articulação entre os problemas do passado e os do presente, semelhanças e diferenças entre esses problemas e ocorrência dos mesmos problemas em distintas épocas e localidades, entre outras possibilidades de exame das informações. Além disso, o registro de fenômenos, acidentes, ações de governos e da sociedade que despertem algum interesse pode ser completado com a busca em outras fontes de informação, como arquivos, páginas na Internet e bibliografia. Essa coleção reúne, hoje, jornais do último trimestre de 2001 e do período 2002-2004, contendo perto de mil e quinhentos recortes, e permitiu que a classificação e a análise dos temas fossem feitas simultaneamente. A constituição de um acervo de História Oral poderá complementar as referências sobre o tempo presente e a memória coletiva da situação ambiental local e regional.

A montagem do banco de dados e a organização da coleção de recortes serviram como treinamento dos estudantes nos passos da investigação cientificamente orientada: a observação, coleta, classificação e análise de dados, interpretações teóricas, comparações e exposição pública de análises e resultados. A constituição dessas bases de dados e informações conduziu ao desdobramento da pesquisa básica em pesquisa aplicada. Ato contínuo foi uma aproximação da investigação realizada na Universidade com as práticas de ensino na rede pública, a articulação entre o saber histórico e o saber histórico escolar, e a reflexão crítica sobre a realidade dos sistemas de ensino, escolar e universitário, no Brasil da atualidade.

As características aqui referidas foram predominantes na segunda fase de realização do projeto, toda ela dedicada à elaboração de recursos e atividades de caráter didático para o ensino de História no ensino fundamental e médio. Uma série de seis painéis, abordando a situação das águas, a exploração da madeira, caça e pesca e pesca da baleia, foi produzida a partir do banco de dados, da coleção de recortes de imprensa, das leituras teóricas e metodológicas e da historiografia. Os painéis, com aproximadamente um metro quadrado, contêm textos de autoria dos integrantes da equipe, fragmentos dos relatos de viagem, trechos recolhidos na imprensa e imagens. Foram articulados em torno das respectivas temáticas e dos problemas propostos nos PCN, tais como a contraposição entre passado e presente, tempo longo e tempo breve, semelhanças e diferenças, rupturas e continuidades no tempo e no espaço, peculiaridades locais e traços universais, sociedades indígenas e tradicionais e civilização industrial, entre outros aspectos.

Os painéis didáticos foram apresentados pela equipe em duas ocasiões,

para públicos distintos. O objetivo foi divulgar os resultados obtidos pela equipe na execução do projeto, bem como colher os benefícios do diálogo, de críticas e sugestões que a exposição pública acarreta e que tanto contribuem para a formação profissional e intelectual de estudantes e professores e para o exercício da profissão de historiador. Inicialmente os painéis foram expostos durante a XX Semana de História, no Departamento de História da FCL da Unesp. O público esteve composto por alunos de graduação, majoritariamente, e de pós-graduação em História, professores e profissionais com atividades diversas.

O Colégio Estadual Jayme Canet, de ensino médio, em Bela Vista do Paraíso, no norte do Paraná, acolheu a exposição dos painéis em catorze classes. A experiência representou um teste mais efetivo da validade dessa proposta pedagógica, permitindo mensurar aceitação, limites, potencialidades e dificuldades encontrados no formato e no conteúdo do material, a necessidade de clareza, objetividade e esclarecimentos complementares, situações de sucesso na comunicação e na compreensão dos textos e análises. Enfim, foi esse o momento em que a equipe do projeto pôde encarar a realidade das condições de trabalho dos professores na rede pública e das práticas de ensino de História, interagindo diretamente com alunos e professores, observando o alcance das proposições formuladas nos painéis.

Visando avaliar o trabalho realizado e aprimorar o conhecimento da equipe para o atendimento das especificações contidas nos PCN, foi programada uma jornada dedicada ao Ensino de História e Meio Ambiente. A programação incluiu uma palestra da professora Rosana Núbia Sorbille, historiadora e consultora do Ministério da Educação, junto ao Programa *Parâmetros em ação, meio ambiente na escola*. O objetivo foi obter uma melhor compreensão das diretrizes do MEC para o tema transversal do Meio Ambiente, contidas nesse programa, voltado para o ensino fundamental, de 5ª a 8ª séries. Houve, ainda, uma oficina de elaboração de textos de caráter didático, desenvolvida pelo professor Cristiano G. Biazzo Simon, da área de Prática de Ensino de História, do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina. Juntamente com esses profissionais, foi realizada uma avaliação dos painéis produzidos pela equipe do projeto. Compareceram estudantes e pesquisadores de outras instituições e que desenvolviam projetos com distintas interfaces e afinidades, ampliando o leque de problemas, debates, métodos e questionamentos teóricos e o uso de fontes e documentos.

Os resultados mais fecundos do projeto “História e Meio Ambiente” residem na formação individual, intelectual e profissional em pesquisa e ensino

dos integrantes da equipe. O trabalho coletivo e suas implicações diretas na execução do cronograma de atividades lançaram os estudantes do curso de História na Unesp, e que recentemente obtiveram o grau de licenciatura, em uma experiência comum de divisão de tarefas, união de esforços, ampliação do senso de responsabilidade, de organização e de planejamento. Reforçou-se o convívio e a interação com a diversidade de idéias e de comportamentos, compartilharam-se dificuldades e satisfações no desenvolvimento da programação das etapas do projeto.

A formação intelectual foi estimulada pelo contato com atividades de pesquisa, já na graduação, e pela discussão de diferentes temas: a problemática da educação no Brasil, a interação das questões teóricas nos estudos históricos com as práticas de ensino e de aprendizagem, as possibilidades de aproximação entre a universidade e escolas públicas, a iniciação nos procedimentos de investigação que o historiador pode realizar e uma melhoria no desempenho e aproveitamento dos cursos. Alguns desafios da vida profissional puderam ser conhecidos com a visualização, ainda que geral, do campo de trabalho dos historiadores no Brasil. A consciência da necessidade de conhecer criteriosamente a historiografia, de praticar a reflexão teórica, de dominar rigorosa e seguramente os métodos e técnicas de pesquisa e de formular hipóteses de interpretação na elaboração de atividades didáticas ficou evidenciada ao longo da execução do projeto. Da mesma forma, os participantes passaram a valorizar a avaliação sistemática de trabalhos realizados coletivamente.

Uma nova pauta de atividades foi formulada para ser desenvolvida a partir de 2003, tendo como referência realizações e experiências obtidas na abordagem do Meio Ambiente nos estudos de História. Em primeiro lugar, a constituição de um núcleo de formação continuada sobre esse tema transversal, junto ao curso de História. Em junho de 2003, a formulação de estratégias de ação e de funcionamento assumiu as características de um laboratório, voltadas para a realização de experiências em pesquisa e ensino de História. Essa iniciativa vem sendo complementada com novas propostas para a elaboração de recursos didáticos sobre as questões ambientais, destinadas aos professores e estudantes do ensino fundamental, de 5ª a 8ª séries, e de acordo com o “Guia do Formador” do programa *Parâmetros em ação, meio ambiente na escola*.¹⁶ A montagem de módulos de estudos, contendo textos, exercícios de análise e interpretação das realidades sociais no passado e no presente, atividades de avaliação crítica, de educação ambiental e de diálogos interdisciplinar e transdisciplinar são algumas possibilidades de trabalho desses *Parâmetros em ação*. Inicialmente, as atenções estiveram voltadas para a elaboração de quatro mó-

dulos de estudos referentes às relações entre ser humano, sociedade e natureza, ao uso das águas, às questões de Sustentabilidade e de Biodiversidade.

A aglutinação de professores, estudantes e pesquisadores dedicados aos temas ambientais no estudo da História e sua aproximação das realidades escolares e das comunidades local e regional, em um núcleo de formação continuada, permitem catalisar debates, estudos, pesquisas e reflexão teórica, e, sobretudo, estabelecer um canal de comunicação e integração entre as realizações nesta universidade e as demandas sociais de pesquisa, ensino e aprendizagem na atualidade. O exercício da pesquisa em História, com atividades voltadas para a formação continuada de professores, práticas de ensino e aprendizagem mobilizadas na elaboração de material didático, serviços de extensão e cultura canalizados em iniciativas para a educação ambiental, hoje está articulado no Laboratório de História e Meio Ambiente no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, em Assis.¹⁷

Em um ano de atuação regida por essas diretrizes, o Laboratório de História e Meio Ambiente tem proporcionado experiências de ensino e aprendizagem e intercâmbios profissionais e intelectuais variados. Em 2004, tais experiências propiciaram uma parceria piloto com a Secretaria de Estado da Educação, por intermédio da Oficina Pedagógica da Diretoria de Ensino da Região de Assis. O objetivo foi iniciar um processo de formação permanente de professores de História.

Esse programa de trabalho esteve voltado para a formação continuada de professores de 39 escolas da rede pública estadual, e sua implementação envolveu 81 profissionais, em catorze municípios.¹⁸ A Diretoria de Ensino mobilizou professores, técnicos e assessores pedagógicos, além de instalações físicas. A universidade disponibilizou recursos humanos, materiais variados e infra-estrutura.

Ao promover a formação continuada dos professores da rede estadual, essa parceria-piloto procurou fazer da escola um espaço não só de atuação, mas também de aprimoramento profissional. Essa experiência resultou do diálogo aberto durante o programa “Teia do Saber”, da Secretaria de Estado da Educação, realizado no segundo semestre de 2003 e que envolveu professores e estudantes do curso de graduação e de pós-graduação da Unesp na formação continuada de professores da rede estadual de ensino.

Um calendário com dez oficinas, iniciado em abril e concluído em agosto de 2004, foi implementado pelo Laboratório de História e Meio Ambiente e pela Oficina Pedagógica da Diretoria de Ensino. As oficinas tiveram como finalidade apresentar aos professores metodologia e instrumentos de traba-

lho sobre as questões ambientais no ensino de História. Futuramente, novos esforços de atuação na universidade e nas escolas públicas serão realizados para uma avaliação coletiva dessa experiência.

A realização das oficinas procurou, com base no diálogo com profissionais das escolas públicas estaduais, aprimorar os métodos de ensino e de aprendizagem desenvolvidos para os painéis didáticos nos anos anteriores. Desta vez, com o enfoque no 3º e no 4º ciclos do ensino fundamental. Esses painéis podem ser utilizados na forma impressa, estampados em folha de papel tamanho A4, em *plotter* de 90cm por 90cm, ou em formato eletrônico, com apresentação em *slides* no programa Microsoft *PowerPoint*. Sua elaboração resulta da confluência da sensibilidade e da experiência profissional dos professores nas escolas públicas e do empenho que, na Unesp, em Assis, professores e estudantes empreenderam para assegurar a formação profissional de qualidade e aberta aos desafios do século XXI. Nessa direção, a proposta consistiu na elaboração de material didático e em atividades de avaliação voltadas para estudantes de 5ª a 8ª séries, com base no acervo disponível no Laboratório de História e Meio Ambiente.

A problemática ambiental constitui um novo campo de atuação, estudo, ensino e pesquisa para os profissionais de História, sobretudo no Brasil, país gerado na intensa atividade mercantil de inúmeros “frutos da terra” e que deve sua própria denominação à exaustiva exploração de um recurso natural. Ainda hoje, a extração e a comercialização de recursos naturais, de forma legal ou ilícita, ocupam lugar destacado na economia brasileira. Essas características são suficientes para interrogar os historiadores, tanto os profissionais atuantes, quanto aqueles que pretendem pôr o pé na profissão: “você não têm algo a dizer?”.

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA E MEIO AMBIENTE

Ao abordar as questões ambientais nos estudos históricos, o Laboratório de História e Meio Ambiente estabeleceu a meta de contribuir para o fortalecimento e a qualificação da universidade pública como núcleo dinâmico de reflexão crítica, de pesquisa, de formação continuada de professores e de profissionais especializados com capacidade técnica e operacional de elevada qualidade. Enquanto modalidade de ação institucional pode ser reproduzida em qualquer outra entidade, pública, privada e do chamado “terceiro setor”, po-

dendo adquirir inúmeras e variadas feições, segundo as condições, necessidades e objetivos a que se destine a sua criação e atuação.

A atuação intelectual, científica e social desenvolvida pelo Laboratório de História e Meio Ambiente na região, na cidade e na própria universidade está voltada para o atendimento das crescentes demandas sociais e culturais de conhecimento histórico nas questões ambientais e na vida brasileira em geral. Essa iniciativa implica uma forma própria de relacionamento da universidade com a sociedade. Agrega-se, então, às demais modalidades, já existentes e bem sucedidas, como o suporte à produção econômica, a preparação para o ensino, a apreciação crítica sobre o mundo contemporâneo e a geração de tecnologias e serviços de extensão universitária em hospitais, cursinhos pré-vestibulares e empresas-júnior.

O Laboratório de História e Meio Ambiente almeja contemplar as necessidades enfrentadas pelos estudantes de graduação e pós-graduação em História, professores do ensino fundamental, médio e universitário, movimentos ambientalistas, organizações não-governamentais, órgãos e técnicos da administração pública, imprensa, sindicatos e associações profissionais. Contempla as necessidades de todo cidadão interessado na compreensão da problemática ambiental em uma perspectiva temporal mais extensa, histórica. Nesta perspectiva, as possibilidades de atuação desse Laboratório são inúmeras e muito flexíveis, como devem ser as ações voltadas para as questões ambientais. Atentas, sempre, às especificidades locais, culturais, ecológicas e sociais, bem como ao tipo de conhecimento a ser gerado. Articulando, quando possível, as dimensões local, regional, nacional e mundial.

É importante ressaltar que a articulação das atividades desenvolvidas nas universidades — atividades de ensino, pesquisa e extensão — encontram nessa estratégia acadêmica um fecundo pólo de confluência. A estratégia permite, também, potencializar o papel social e cultural da universidade brasileira, sempre comprimida pela escassez de recursos e pela falta de vontade política de governantes e sujeita a uma gestão crescentemente burocratizada. Essa estratégia deve estimular e desafiar a imaginação inventiva de professores, estudantes e funcionários empenhados na formação de corações e mentes inquietos, criativos e atuantes, na universidade ou fora dela.

No campo do ensino, as atividades do Laboratório de História e Meio Ambiente devem resultar no aprimoramento da formação e capacitação dos estudantes de História, na geração de material e de atividades didáticas que subsidiem o trabalho de professores do ensino fundamental, médio, e mesmo universitário, e também numa melhor compreensão da dimensão tem-

poral do passado do meio ambiente no Brasil. No âmbito da pesquisa, o Laboratório deve contribuir na promoção de estudos e na formação de grupos interdisciplinares, na aproximação das práticas de investigação na graduação e na pós-graduação, na constituição de instrumentos de referência sobre acervos de documentos. Nas atividades de extensão universitária, deve apoiar ou implementar parcerias para a educação ambiental e para o desenvolvimento sustentável, e fortalecer as relações intelectuais, profissionais e institucionais da universidade com estudiosos, núcleos de pesquisa, arquivos, museus, bibliotecas, centros de documentação, escolas, órgãos públicos e organizações não-governamentais.

A dilatação da questão ambiental, sobretudo no campo do conhecimento, exige das universidades respostas que aglutinem as comunidades de interesses sociais e de trabalho científico e intelectual, ainda em constituição. Ampliar os horizontes e a porosidade da universidade e do conhecimento junto à sociedade. Neste universo os historiadores têm algo a dizer.

NOTAS

¹ O projeto foi desenvolvido no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, em Assis/SP, entre março de 2002 e outubro de 2003, tendo sido renovado para um período de nove meses em 2004. Obedeceu às diretrizes dos Núcleos de Ensino da Pró-Reitoria de Graduação e recebeu suporte financeiro da Fundação para o Desenvolvimento da Unesp na aquisição de material de expediente, realização de atividades programadas e fornecimento de bolsas de estudo para os alunos de graduação: Alessandra Filomena Kliass Machado, Andresa Zonta, Carlos de Castro Neves Neto, Cíntia Regina Rodrigues da Silva, Denílson Carignatto, João Rafael Moraes de Oliveira, Juliana Bettini Verdiani, Marcela Hebel Barboza e Mariana Reis Feitosa.

² Os resultados obtidos em 2002 foram apresentados em “História e Meio Ambiente: considerações sobre a formação continuada em pesquisa, ensino e aprendizagem”. In: GARCIA, W. G., GUEDES, A. M. (Org.) *Núcleos de ensino*. São Paulo: Unesp/Pró-Reitoria de Graduação, 2003, p.217-29.

³ Ver TAMAIO, I. *O professor na construção do conceito de natureza: uma experiência de educação ambiental*. São Paulo. Annablume/WWF, 2002.

⁴ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares: Meio Ambiente e Saúde*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000; e _____. *Parâme-*

tros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos; temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEE, 1998.

⁵ Ver SANTOS, G. A. (Org.) *Universidade, formação, cidadania*. São Paulo: Cortez, 2001.

⁶ FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

⁷ *Educação e emancipação*. Trad. W. L. Maar. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

⁸ Ver PRESTES, M. E. B. *A investigação da natureza no Brasil colônia*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

⁹ PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo* (Colônia). 11.ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

¹⁰ Respectivamente, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979; *A utopia do poderoso Império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994; e *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

¹¹ Ver, por exemplo, MORAES, A. C. R. *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 1994, p.41.

¹² Trad. J. R. Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹³ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*: História e Geografia. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

¹⁴ Ver, por exemplo, SOFFIATI, A. A ausência da natureza nos livros didáticos de história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.9, n.19, p.43-56, 1989-1990; PENTEADO, H. D. *Meio ambiente e formação de professores*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000; DRUMMOND, J. A. (Ed.) *Estudos Históricos*: história e natureza. Rio de Janeiro: FGV, n.8, 1991.

¹⁵ Os recursos da informática, para suporte do banco de dados, foram adaptados por Marco Aurélio de Oliveira Filho, estudante do curso de graduação em História na FCL/Unesp, em Assis.

¹⁶ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Programa parâmetros em ação, meio ambiente na escola*. Caderno de apresentação. Brasília: MEC/SEE, 2001.

¹⁷ Disponível em www.assis.unesp.br/labhima.

¹⁸ Assis, Borá, Cândido Mota, Cruzália, Florínea, Iepê, Lutécia, Maracá, Nantes, Palmital, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista, Platina e Tarumã.

Artigo recebido em 09/2004. Aprovado em 10/2004